

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que abre a possibilidade para a renegociação de dívidas dos atuais beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. O relator, deputado Celso Maldaner (MDB-SC), recomendou a aprovação. "A eventual retomada dos imóveis dos devedores não é solução factível, tampouco

aceitável, pois isso agravaria ainda mais a vulnerabilidade social de famílias já bastante impactadas pela crise econômica e sanitária", afirmou o parlamentar. Segundo os autores da proposta, os deputados Zé Neto (PT-BA) e Reginaldo Lopes (PT-MG), os beneficiários com débitos vencidos devem ter oportunidade para regularizar a situação com descontos sobre multas e juros.

acompanha o projeto. Pela proposta, os beneficiários que, na data da publicação da futura lei, estejam na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida (renda mensal de até R\$ 1.800) poderão parcelar a dívida em 24 prestações mensais e sucessivas, com desconto de 100% sobre juros, multas, correção monetária e quaisquer outros encargos financeiros.



Política

contato@d24am.com, redacao@diarioam.com.br siga-nos  twitter.com/portald24am  facebook.com/D24am Diariodoamazonas.com.br

O NÚMERO

TCE EMITE ALERTAS SOBRE SAÚDE NO AM

Procedimentos O Tribunal de Contas do Estado emitiu alertas a municípios do Amazonas e os alertas foram publicados em edição extra do Diário Oficial como parte dos procedimentos de fiscalização

Divulgação/TCE

Serviços O objetivo principal da ação de controle não é punitivo, segundo o tribunal

Da Redação com Assessoria
redacao@diarioam.com.br

Manaus

Em continuidade ao processo de acompanhamento do desempenho dos municípios nas ações estratégicas do Programa Previne Brasil, o Tribunal de Contas do Amazonas (TCE) emitiu alertas a todos os 62 municípios do Amazonas para que continuem o processo de reorganização de estratégias para operacionalização e aumento da eficácia e efetividade das ações

e serviços da atenção básica em saúde. Os alertas foram publicados em edição extra do Diário Oficial Eletrônico do TCE, na edição de quarta-feira (23) como parte dos procedimentos da segunda fase da fiscalização.

A ação de controle vem sendo desenvolvida pelo Departamento de Auditoria em Saúde (Deas) e busca fomentar ações de Estado e Municípios para o fortalecimento da estratégia de saúde da família como tática prioritária de expansão, consolidação e qualificação da atenção básica, em atendimento ao que preconiza

a Política Nacional de Atenção Básica.

Conforme o chefe do Deas, Rodrigo Valadão, além dos alertas com dados individualizados por município amazonense, um alerta diferenciado foi emitido também ao Governo do Estado, devido ao fato de o Estado ser o responsável por monitorar e apoiar a atuação das equipes de atenção primária nos 62 municípios. Acrescentou que o objetivo principal da ação de controle não é punitivo, mas de fomento à discussão de estratégias para melhoria dos serviços prestados à população.

"Por ser um programa de avaliação quadrimestral, os alertas emitidos agora são relativos ao período compreendido entre maio e agosto, após algumas alterações nas metodologias de cálculos feitas pelo Ministério da Saúde, o que fez com que a emissão deles demorasse um pouco mais.", explicou.

Conforme análise do último quadrimestre por parte da Deas, foi identificado que os cinco municípios com melhor desempenho nas notas do programa Previne Brasil, que varia de 0 a 10, são Boa Vista do Ramos, com 9,13 pontos; Lábrea, com 9,11 pontos; Ma-

nicoré, com 8,92 pontos; Anori, com 8,91 pontos, além de Novo Airão, que fecha o Top 5 com 8,88 pontos. Destaque também para Manaus que ficou em primeiro lugar dentre as capitais.

Entre os piores colocados e que apresentam maiores riscos estão os municípios de IPIXUNA, com 1,49 pontos; Japurá, com 2,51 pontos; Beruri, com 3,5 pontos; Careiro da Várzea, com 3,9 pontos, e Pauini, com 3,97 pontos. Apesar do baixo desempenho geral, Japurá, Beruri e Pauini apresentaram leve melhora em relação à avaliação anterior.